

## **Batismo dos filhos de escravos na Igreja matriz de São Francisco das Chagas de Canindé na primeira metade do século XIX**

### **Introdução**

Em 1775 foi construída em Canindé, no Ceará, a capela dedicada a São Francisco das Chagas, por esse tempo a parte territorial do sertão de Canindé ficava sob a jurisdição da Villa de Monte Mor o Novo da América, hoje Baturité. Por alvará de El rei D. João VI, datado de 30 de julho de 1817, *“a antiga capela de São Francisco, filial da Fortaleza, passou a ser matriz colada, tendo por limites as freguesias de Quixeramobim, Fortaleza, Baturité e Santa Cruz. Foi seu primeiro pároco o padre Francisco de Paula Barros que exerceu o cargo de capelão de 1817 a 1832”* (POMPEU, 1864 T. II). É neste contexto e período que se situa o presente trabalho de pesquisa.

No Arquivo da Arquidiocese de Fortaleza o Livro de Batizados número 1, iniciado em 04 de outubro de 1818 e encerrado em 24 de maio de 1831, referente à Paróquia de São Francisco das Chagas de Canindé, posto no armário 04 do referido arquivo, foia fonte de pesquisa do presente trabalho que se propõe identificar as cerimônias de batismo que contemplem os filhos de escravos e as relações imbricadas nesse ato religioso.

A leitura desse Livro de Batizados nos revelou muitas histórias da vida dos escravos da Freguesia de Canindé. Alguns escravos foram classificados como sendo de nação Angola, outros foram classificados de cabras, criolos ou negros. Foi possível saber quantos eram casados ou solteiros, quantos filhos tiveram cada escrava, o nome de seus senhores, a média de escravos por proprietários. Sobre os proprietários de escravos identificamos alguns de cor parda, a maioria eram brancos, além de muitas mulheres viúvas que também se tornaram proprietárias de escravos.

Foi possível constatar o comércio de escravos entre os proprietários canindeenses, além de histórias envolvendo a compra da carta de alforria, as táticas dos escravos para conquistar espaços na sociedade canindeense oitocentista, além de muitas outras histórias e situações vivenciadas pelos escravos da Paróquia de São Francisco das Chagas de Canindé na primeira metade do século XIX.

A vida dos escravos da Freguesia de Canindé não ocupam na literatura sobre a história deste município cearense quase nenhum espaço, portanto o presente trabalho pretende preencher esta lacuna e mostrar para todos os que vierem a conhecer esta pesquisa que os escravos negros da Freguesia de Canindé têm muita história para ser contada e documentada, pois de uma forma ou de outra contribuíram para crescimento e desenvolvimento deste lugar.

### **Alguns casais de escravos**

Iniciaremos com a história do casal de escravos Antônio e Maria que em 1818 aparecem batizando seu filho Gabriel. O assento de batismo acusa serem estes escravos de Felles Manuel de Faria, morador da Freguesia de Canindé. Em 1823, Antônio e Maria, são escravos de José Mendes da Cruz Guimarães, como está escrito no registro de batismo de Francisco, o segundo filho do casal. Em 1824 e 1829, são declarados negros forros nos registros de batismo de Agapito e Joana, respectivamente o terceiro e quarto filho do casal. Em toda essa trajetória dos escravos Antônio e Maria, o que mais chamou a atenção foi o fato de um ano após terem aparecido como escravos de José Mendes da Cruz Guimarães serem declarados negros forros.

Conseguir alforriar-se foi uma grande conquista para este casal visto que poucos proprietários concederiam carta de alforria a seus escravos conscientes de que iriam perder mão de obra nas lavouras ou nos serviços domésticos, principalmente se tratando de um casal e que inclusive já tinha dois filhos e que poderiam ter mais como de fato tiveram. As táticas, astúcias e esforços empreendidos por este casal de escravos para conseguir alforriar-se passou pelo mérito de muitas questões, aqui analisaremos algumas situações possíveis.

A profícua geração de filhos era incentivada pelos proprietários dos escravos, chegando ao ponto de prometer alforriar a escrava que tivesse certo número de filhos como forma de incentivo. Mas Antônio e Maria não dispunham apenas dessa opção para conseguir a liberdade, de muitas outras formas poderiam alcançar tal intento. A compra da carta de alforria poderia ser uma delas, mesmo que custando muito caro seria possível já que era um casal e por isso teriam muito mais possibilidades de poupar para conseguir tal objetivo.

É possível deduzir a compra da carta de alforria nos seguintes termos: Antônio e Maria são escravos de Felles Manuel de Faria em 1818, em 1823 aparecem como escravos de José

Mendes da Cruz Guimarães logo no ano seguinte são dados como negros forros. Neste último registro a referência é que foram escravos de Felles Manuel de Faria, então podemos deduzir que o casal fora entregue a José Mendes da Cruz Guimarães como pagamento de uma dívida que Felles Manuel de Faria tinha com este. Nestes termos Antônio e Maria pagaram a dívida de seu antigo dono em troca da carta de alforria. É uma possibilidade, já que muitos escravos no Ceará possuíam terrenos, criações e plantações. Vejamos um exemplo: O Sr. Luiz Rodrigues, em 1861, recebeu “*de seu escravo Raimundo e de seu pai Jacob três capoeiras plantadas de cafeeiros, bananeiras, laranjeiras e outras fruteiras na Serra da Aratanha com a competente terra, fruto do trabalho dele e do dito pai Jacob*”.(SILVA, 1988: 109).

Porém, só vai ser possível saber realmente em que forma Antônio e Maria conseguiram alforriar-se através da leitura do Inventário ou testamento do seu primeiro senhor, Felles Manuel de Faria, ou do segundo que foi José Mendes da Cruz Guimarães. No momento dispomos apenas de documentos que mostram que este casal de escravos pertenceram a esses dois senhores, tiveram 04 filhos e que conseguiram alforriar-se em 1824

Outro casal identificado nos documentos lidos foi Paulo e Maria que são escravos negros de Angola, cativos do Capitão Julião Coelho da Silva morador na Freguesia de Canindé. Esse casal são os pais de Benedita e Luiz nascidos e batizados em 1819 e 1822 respectivamente. Benedita tem madrinha e padrinho, já Luiz só tem o padrinho pelo menos é que consta no Livro de Batismo. Esse caso não era exceção, assim como não era exceção ausência dos nomes dos avós paternos e maternos dos filhos dos escravos, o que não ocorreu, por exemplo, no registro de Batismo de Anna, filha legítima de Manuel Pereira dos Santos Lessa e Tereza Maria de Jesus, brancos. Neste caso os nomes e sobrenomes dos pais, dos avós paternos e maternose o nome da madrinha e do padrinho foram mencionados.

O terceiro casal de escravos identificado nesta pesquisa trata-se de Brás e Fillipa Maria onde ele é escravo de Ignácia Maria e ela é negra forra, como consta nos assentos de batismo de seus três filhos. Pelo fato de Fillipa Maria ser forra seus filhos nasciam livres. O padrinho de Mana, a primeira filha do casal, foi o índio João Ferreira de Faria, e a madrinha foi Maria dos Santos parda e solteira. Mas um caso em que os padrinhos não foram pessoas brancas, ricas e importantes.

Além desses três casais há o caso de Agostinho e Marcela escravos da Sra. Floriana Pereira de Jesus que tiveram dois filhos Josefa em 1822 e Joatãem 1824, mas não se pode afirmar que continuaram juntos pois em 1828 Marcela teve seu terceiro filho e não foi de Agostinho. O escravo Agostinho, em 1820, havia tido um filho com Maria, que também era escrava de Floriana Pereira de Jesus. Aliás, Maria é um exemplo de que os filhos da maioria das escravas identificados nesta pesquisa eram de pais diferentes ou desconhecidos. Em 1820 ela teve a Paula filha de Agostinho, em 1823 teve Lourenia, o assento de batismo não acusa quem é o pai da criança, em 1827 teve Manoel também sem pai identificado e em 1829 teve Antônia filha de Caetano escravo de Francisco David dos Santos.

O número de casais como Paulo e Maria, Antônio e Maria e Brás e Fillipa Maria foi bem pequeno no período estudado, predominando número de filhos naturais onde só aparece o nome da mãe tida como solteira. Em muitos casos o nome do pai não é desconhecido, mas por não ser casado com a mãe do escravinho não é citado no assento de batismo. Mesmo com um número reduzido de casais de escravos dá para perceber que a formação de casal foi favorecida pelo fato dos dois pertencerem ao mesmo dono ou dona. A exceção foi Felipa Maria que apareceu como negra forra e casada com o escravo Brás.

A formação de casal entre os escravos negros poderia ser vantajoso em relação à compra da carta de alforria, pois mesmo sendo duas cartas de alforrias para serem pagas os dois juntos teriam mais chances de conseguir pagar. Mesmo assim existiam várias maneiras de negociação da alforria entre os escravos e seus senhores. Nessa relação eles iam costurando maneiras, firmando acordos, praticando o pecúlio e se aproximando da liberdade.

### **Escravos em Canindé: cor e etnia**

O que os casais Antônio e Maria, Paulo e Maria têm em comum, além da condição de escravos, é a origem, eles são negros de nação Angola, assim como os outros seis escravos dos 173 identificados na pesquisa. Esses escravos vieram parar no sertão do Ceará por intermédio dos primeiros povoadores que os trouxeram para servir no estabelecimento das primeiras fazendas de gado. “*Foram introduzidos para os trabalhos de mineração nos Cariris*

*Novos sessenta e nove escravos negros, entre ladinos e boçais, africanos e crioulos. Os negros da 'Costa' eram mais valiosos que os 'Angola'...*”. (STUDART, 1892: 64)

Nesta pesquisa foram identificados 53 proprietários de escravos da Freguesia de Canindé, destes, 10 possuíam escravos de nação Angola. A viúva do coronel Antônio dos Santos Lessa, a Sra. Floriana Pereira de Jesus era proprietária de Maria, escrava negra de Angola. Também eram proprietários de escravos de Nação Angola: João Tomás dos Santos, Josefa Maria, Quitéria Maria, José Pereira do Ó, Joaquim Ignácio Vieira, José Barros Martins, José Joaquim da Cruz e Estevão Marinho. Além desses escravos declarados por seus donos como de nação Angola existiram outros da mesma etnia por detrás de termos como crioulo, mulato ou preto.

Com relação à classificação dos escravos, nos documentos eclesiásticos estudados, de acordo com a cor da pele ou a etnia existem muitos equívocos. Um mesmo escravo era classificado de diferentes formas. Vejamos o exemplo do escravo Brás da viúva Ignácia Maria, em 1820 é classificado como cabra, em 1822 é negro e em 1823 volta a ser citado como cabra. O casal Antônio e Maria escravos de Felles Manuel de Faria eram classificados como negros criolos, isso em 1818, quando eram escravos de José Mendes da Cruz Guimarães, em 1823, foram classificados como negros de Angola. Esta confusão se repete em muitos registros, atrapalha um pouco, mas nada que tire o foco do que se quer compreender nesta pesquisa.

A cor do escravo e do proprietário são elementos bem destacados nesses documentos, falta às vezes o mês que a criança foi batizada, o nome do padrinho ou da madrinha, o nome do local do batismo, mas as cores do escravo e do seu proprietário não faltam. Quando a criança em questão não é filha ou filho de escravos a cor da pele não é citada.

Os pardos compõem o quadro de escravos e de proprietários. A título de exemplo podemos citar Florência escrava parda de Gonçalo Rodrigues Tavares que também era pardo. O mesmo caso se dá com Luzia e Mariana que são pardas e escravas de Ana Maria Tavares classificada como parda também. “*Os escravos negros aqui existentes, na sua maior parte ou vieram com seus senhores em mudança, eram descendentes daqueles ou tinham sido adquiridos como objeto de valor utilitário*”. (SILVA, 1979: 325-338).

As informações desta pesquisa vão de encontro a esta citação, vejamos: dos 173 escravos identificados no período em estudo nove (09) são pardos ou cabras, dez (10) são de nação Angola e os demais são negros, criolos, mulatos e pretos. Isso demonstra que o elemento negro esteve presente de forma mais acentuada na Freguesia de Canindé, no referido período, ao contrário do que a citação acima está mostrando.

Os dados da presente pesquisa são importantes para contrapor certas convenções que se criou sobre a questão da cor da população escrava no Ceará. Porém, o que importa para nossa pesquisa não é o fato do ser escravo negro, crioulo, mulato, pardo ou cabra, mas as suas relações dentro da sociedade escravocrata, suas conquistas, conflitos, lutas, manifestações e muitos outros fatores que merecem ser levado em conta mais do que a sua cor ou etnia.

Por outro lado ser negro ou de outra cor similar não significava obrigatoriamente ser escravo. Exemplos disso são os proprietários de escravos Rita Maria do Espírito Santo, Gonçalo Rodrigues Tavares e Ana Maria Tavares classificados como pardos segundo os documentos estudados. Num grupo de 189 pessoas estudadas, classificadas como negros, criolos ou outros termos afins, 28 eram livres ou forras.

Portanto, na Freguesia de Canindé na primeira metade do século XIX, além dos supracitados proprietários de escravos que eram pardos, muitos negros e criolos eram livres, sem falar no grande número de pardos que não eram escravos. Apesar de serem livres essas pessoas eram discriminadas só pelo fato de não serem brancas. Essa discriminação era sentida no cotidiano, na missa, nas festas, na praça, igreja, feira, escolas além de outras inúmeras situações e lugares em que os negros eram vítimas de preconceitos.

Essa questão da discriminação ou racismo ainda se faz presente em nossa sociedade e é fruto das relações escravocratas vivenciadas por mais de três séculos na História de nosso país, nesse contexto o negro foi tratado como uma mercadoria, um animal ou um objeto. Mas mesmo impedido e discriminado ele deixou sua marca no espaço e na história, pois em toda a dinâmica da casa grande ficaram traços da linguagem, dos costumes, da maneira de ser dos escravos negros.

### **A mestiçagem e a média de filhos por escravas**

A diversidade étnico-racial da população cearense como um todo é fruto da forte mestiçagem presente na sociedade escravocrata. Nos limites do grupo estudado há casos em que o pai é cabra e mãe é negra. Para exemplificar podemos citar Brás cabra cativo de Ignácia Maria e sua esposa é a negra forra de nome Fillipa Maria. Tivemos o caso de Joaquim classificado como pardo, filho de Gonçalo dos Santos que era branco e de sua esposa Gertrudes Maria que era tida como cabra. Isso só a título de exemplo, sem falarmos dos filhos frutos das relações entre índias e negros, pardos e criolas, brancos e índias, brancos e negras e assim por diante. Esta mestiçagem se apresenta nos seguintes dados: neste curto período estudado foi identificada uma população de 170 índios, 173 negros e 53 brancos considerando somente os proprietários de escravos sem levar em conta as esposas, filhos e parentes destes, além da grande massa de pardos não contabilizados.

A geração de filhos no plantel de escravos interessava ao proprietário, visto que se tratava do crescimento do seu patrimônio. O preço do escravo era alto para a economia de subsistência da província cearense, além do mais tinham as secas que vez por outra teimava em castigar tais atividades econômicas já combatidas. Neste contexto, uma escrava parideira valia mais do que dez vacas leiteiras. Visto que um escravo de 35 anos era avaliado por 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), como consta no inventário de José dos Santos Lessa de 1834, este mesmo valor comprava na época 10 vacas ou mais dependendo da região.

No período estudado a maioria das escravas tiveram em média um filho, 09 escravas tiveram dois filhos cada, 07 tiveram cada uma 03 filhos, identificamos três escravas que tiveram 04 filhos cada uma e uma que teve 07 filhos. Não sabemos se os donos dessas escravas incentivaram-nas prometendo-lhes alforria para que tivessem muitos filhos.

A escrava de Antônio Pereira de Melo, chamada Jacinta teve quatro filhos: Benedito, Eugênia, Luiz e Josefa, os padrinhos de seus filhos foram sempre pessoas importantes e brancas. Joaquina escrava negra de Reinardo Gomes Bizerra, teve 04 filhos entre 1820 e 1824. No batizado de segundo filho a madrinha era a escrava Maria. Os demais filhos tiveram padrinhos brancos da alta sociedade canindeense. A Luiza era negra crioula escrava de José Joaquim da Rocha, teve 07 filhos sendo dois deles gêmeos, Caetano e Caetana. O primeiro filho de Luiza foi Casseano, nascido em 1820, seus padrinhos foram o preto forro Francisco José Barbosa e

a escrava preta Ignácia, o último filho, de acordo com o Livro de Batismo em estudo, foi Vicente nascido em 1830 tendo como padrinhos “*somente Joana escrava de Dona Mariana Barbosa Cordeiro*”(Livro de Batismo, séc. XIX).

Era comum, na época da escravidão, os donos de escravos prometerem alforriar as escravas que lhes dessem certo número de crias. Muitas vezes elas faziam sua parte no acordo, mas seus donos não cumpriam o que haviam prometido, foi o que ocorreu com a escrava Macária que contestou judicialmente, alegando que:

*[...] sendo escrava de José Carneiro da Costa e de sua mulher Anna Theodora de Menezes, moradores da vila de Santa Anna, elles lhe prometeram verbalmente alforria logo que lhes desse oito crias.*

*2º Que aceita esta promessa, teve a mesma escrava nove filhos ou crias”.*

A promessa feita por D. Anna Theodora de Menezes não fora cumprida. (CAXILÉ 2005: 85) Não sabemos se nesse caso as escravas Jacinta, Joaquina e Luiza tiveram promessas de receber carta de alforria para ter tantos filhos, porém vimos que Joaquina e Luiza escolheram para padrinhos de seus filhos negros cativos, ou seja, pessoas do mesmo grupo social que elas, até que ponto isso também não foi uma troca, visto que por essa época escravos não tinham tanta autonomia para escolher os padrinhos de seus filhos, geralmente perguntavam aos seus senhores quem poderiam apadrinhá-los.

## **Escravos negros como padrinhos em cerimônias de batizados na Igreja Matriz de Canindé**

Foram 145 batizados de filhos de escravos realizados na Igreja Matriz de Canindé entre 1818 e 1831, destes apenas 14 tiveram como padrinhos ou madrinhas negros escravos, 06 eram negros forros. Sobressaem os casos em que os padrinhos são pessoas brancas na maioria delas solteiros ou viúvos.

Em alguns casos os proprietários de escravos eram padrinhos dos filhos das escravas de outros proprietários. Foi o caso, por exemplo, de Julião Coelho da Silva, proprietário de



escravos morador da freguesia de Canindé, que foi padrinho de João, filho de Maria, parda, solteira, escrava de Alferes Nicolau Coelho da Silva. Além dele outros quatro proprietários de escravos, moradores da Freguesia de Canindé, apadrinharam filhos de escravas: Úrsula das Virgens, José Mendes da Cruz Guimarães, José de Barros Martins, Boa Ventura Alves da Fonseca.

No contexto das relações peculiares entre escravos e senhores dos sertões cearenses não é de se admirar que os escravos tenham certa mobilidade social ao ponto de chegar a serem padrinhos numa cerimônia de batismo num importante templo religioso e elitista da época.

*“Benedito, negro filho natural de Florência Negra criola escravos de Joaquim da Costa Ribeiro, morador nesta Freguesia do Canindé, nasceu a vinte e seis de agosto de mil oitocentos e vinte e oito, foi batizado com os santos óleos por mim nesta Matriz a cinco de Outubro do dito anno. Foram padrinhos Romão Negro Captivo e Josefa negra forra, desta Freguesia. E para constar faço este assento e me assigno. Vigário Francisco de Paula Barros”. (Livro de Batismo, séc. XIX).*

Por um lado esses exemplos mostram uma ilusória complacência da Igreja “aceitando” que escravos negros fossem padrinhos ou madrinhas em cerimônias de batizados, por outro significa também uma conquista dos negros escravos numa sociedade em que eles eram tratados como coisas. O ato de batizar os filhos dos escravos era obrigação, um dever de todo cristão, mas termos escravos negros sendo padrinhos ou madrinhas em iguais condições com os senhores e as senhoras brancas, não era para época, algo tão natural.

Chamamos de ilusória complacência o fato da Igreja “aceitar” que escravos negros fossem padrinhos ou madrinhas em cerimônias de batizados. Ilusória por que foi muito pequeno o número de padrinhos ou madrinhas escravas, pois num universo de 145 batizados realizados na Matriz de Canindé entre 1818 e 1831, apenas em 14 cerimônias o padrinho ou a madrinha eram escravos ou escravas. Outro motivo está ligado ao período do ano em que eram realizados esses batizados dos filhos de escravos: aconteciam em qualquer data do ano menos no período da Festa de São Francisco, talvez a Igreja e a sociedade canindeense não achassem tão conveniente. Essa ideologia está presente na situação supracitada onde os padrinhos brancos dos escravinhos eram homens solteiros ou viúvos ou mulheres solteiras ou viúvas.

Essas pequenas coisas dizem muito sobre a forma como a sociedade canindeense via e tratava seus escravos.

Com relação à precocidade do batismo dos escravinhos os objetivos era torná-lo cristão, para o caso de vir a morrer não ser pagão. Quando o batismo ocorria nos oratórios das Fazendas com padres em desobriga o motivo da pressa de batizar dar-se pelo fato de ser muito rara a passagem de um padre por aquelas paragens. Assim sucedeu-se com Quitéria, filha natural de Fellipa negra crioula escrava de Manuel Pereira Vieira, batizada com 13 dias de nascida no Oratório da Fazenda Riacho das Pedras em 1825.

No livro de batismo hora apresentado, referente aos batizados realizados na Igreja Matriz de São Francisco das Chagas de Canindé, consta que Gabriel filho dos escravos Antônio e Maria for batizado com dezoito dias de nascido. Já a Tereza filha da escrava Úrsula foi batizada com 12 dias de nascida. O batizado mais rápido em relação ao dia que nasceu foi o de Mana filha do escravo Brás, batizada com seis dias de nascida. No geral a grande maioria batizava as crianças com 1 ou 2 meses de nascidas. A demora maior, de acordo com os registros lidos, foi de 08 meses, tratou-se do batizado de Cosma filha da escrava Tereza.

### **Filhos legítimos ou naturais**

Constatou-se durante a leitura documental que a maior parte das crianças batizadas eram filhas naturais, isso significa que eram filhos só da escrava não constando o nome do pai no registro. No grupo estudado das 58 mães escravas identificadas apenas 3 eram casadas. O fato delas serem solteiras não significava dizer que não desejassem casar-se, poderiam até querer mas a condição de escravas sobrepunha-se como maior empecilho. Prova disso é que dos três casais identificados na pesquisa dois eram escravos de um mesmo proprietário o que facilitava o relacionamento. Já no terceiro caso a mulher era forra e o homem era cativo. O fato dela ser forra muda a situação, visto que estava livre da vigilância e dos ciúmes de seu proprietário.

Não se pode esquecer a possibilidade da ausência do nome do pai está relacionada com o fato deste não ser casado com aquela, nestes termos se ocultava o nome do pai, pois a igreja aceitava batizar filhos de mães solteiras de amancebadas não. Além do mais existiam aqueles casos em que o filho ou a filha poderia ser fruto de relacionamento do proprietário com a sua

escrava, e aí é mais fácil não citar o nome do pai, evitando escândalos na família e na sociedade.

Os pais desses filhos variavam de caso para caso, como já foi mencionado poderiam ser frutos de relacionamentos forçados com o proprietário das escravas ou com os filhos destes. Também poderiam ser filhos de negros livres ou escravos que frequentavam a fazenda atrás de chamego com as escravas. Em alguns casos específicos eram filhos de relacionamentos com escravos do mesmo proprietário. O exemplo encontrado foi do escravo Agostinho que teve uma filha com a escrava Maria e dois filhos com a escrava Marcela, os três eram escravos de Floriana Pereira de Jesus.

### **A média de escravos por proprietários na Freguesia de Canindé na primeira metade do século XIX**

Já foi elencada a questão do alto preço do escravo para uma economia de subsistência existente nas terras cearenses na primeira metade do século XIX. Muitos autores deitam a tese de que no Ceará existiram poucos escravos dadas às condições econômicas a pouco citada.

*“Documentos de 1788 referentes às atividades agropastoris da Zona Norte, apontam-nos a existência de 846 propriedades rurais, pertencentes a 565 proprietários. Em 491 delas existiam 1424 escravos; portanto, 355 não os possuíam. Nelas apenas 333 plantavam algodão; e mesmo assim, a sua maioria produzia para o consumo próprio. Poucas vendiam para Pernambuco, principal centro importador dos produtos da capitania.”(SILVA, 1979: 325-338).*

Porém, o que se está tentando conhecer e compreender são as relações imbricadas num ambiente escravocrata, seja ele de um elevado número de escravos ou não. Se as relações foram menos ríspidas isso não importa, o fato é que houve escravidão, houve o domínio do homem sobre o homem, com a supressão dos direitos natos do ser humano, com violência física, psíquica e moral. Feito esta observação vejamos estes dados.

Foram ao todo 95 registros de batizados identificados como sendo de filhos de escravos, 53 foio número de proprietários de escravos, isso significa que no grupo e período estudado cada proprietário tinha em média mais de dois escravos. É um dado quase real da média de

escravos por proprietários na Freguesia de Canindé na primeira metade do século XIX. É preciso frisar que estamos falando de um período de pouco mais de uma década e meia, portanto não há como tirarmos conclusões definitivas.

## **Conclusão**

A certeza que podemos ter é que esses escravos de nação angola, pretos, criolos, negros, pardos ou cabras foram elementos importantes na formação populacional da Freguesia de Canindé. Além dos mais foram eles a mão de obra, juntamente com os indígenas, na pecuária, no plantio da cana-de-açúcar, do café, do algodão, dos legumes e na extração madeira ou da borracha de maniçoba. Sem falar da contribuição desses povos na área cultural, artística e religiosa.

Mesmo sem ter liberdade muitos escravos conseguiram ocupar espaços na Igreja, no comércio e na sociedade como um todo. Alguns se tornaram livres por seus próprios esforços, poupando e pagando sua carta de alforria, outros se utilizando de meios naturais como é caso das escravas que possivelmente conquistaram a alforria porque tiveram muitos filhos, cada um procurava um meio, uma forma para conseguir o maior prêmio de sua vida que era a liberdade.

Na povoação de Canindé nas primeiras décadas do século XIX, já tinha muitos negros alforriados, estes juntamente com a população parda livre lutaram por igualdade e respeito numa sociedade que julgava, condenava e absolvía com base na cor da pele. Os próprios registros de batismo, casamento e óbito descriminam claramente a cor da pessoa em questão dando a entender o grau de importância por essa classificação.

Percebemos pelo que foi exposto acima que a Igreja dava um tratamento diferenciado, dependendo da classe social do cristão. Mas a população negra e parda aprendeu a conviver e superar tudo isso, e a resposta era dada no cotidiano, no cozer dos alimentos, na reza forte do benzedor, no cantar de ninar da mãe preta, na disposição de trabalhar esta população se fez importante, se fez necessária.

Todas essas questões imbricadas nas relações escravocratas no Ceará, sobretudo na Freguesia de Canindé: a discriminação, preconceitos, conquistas de espaços na Igreja e na sociedade, a origem dos escravos, dos proprietários e dos padrinhos, nomenclaturas, classificações, relações de padrinagem, a fertilidade das escravas, as lutas, a compra das cartas de alforrias foram questões elencadas neste trabalho para compreensão do universo escravo na Freguesia de Canindé nas décadas do século XIX.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **A Liberdade e a Toga**. Fortaleza: Documentos da Revista do Arquivo Público do Ceará, 2005.

**Documentos da Revista do Arquivo Público do Ceará**. / Arquivo Público do Ceará, v. I, n. 3, semestral, Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**/ Airton de Farias. 6. Ed. rev. e. amp. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica cearense**. Fortaleza: BNT. ETENE. p. 321-340, 1985.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (organizadora) **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult/Imopec, 2009. 240p.

POMPEU, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará II**, Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Typographia de B. de Mattos, 1864.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **As origens da escravidão no Ceará**. Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Lisboa, p. 325-338, 1979.

STUART, Guilherme. **Notas para História do Ceará**. Lisboa, Typographia do Recreio, 1892, p. 64.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL